




Os desafios da Educação do Campo na pandemia: o caso do curso de Educação do Campo da Unipampa - Campus Dom Pedrito/RS

 Jonas Anderson Simões das Neves¹  Annie Mehes Maldonado Brito²  Carla Valeria Leonini Crivellaro³  José Guilherme Franco Gonzaga⁴
^{1, 2, 3, 4} Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Campus Dom Pedrito. Rua 21 de abril, 80. Dom Pedrito - RS. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: jonasneves@unipampa.edu.br

RESUMO: Este artigo, além de apresentar o contexto no qual o curso de Educação do Campo da Unipampa vem se consolidando, tem como objetivo abordar as estratégias do curso de Educação do Campo no enfrentamento da pandemia. Para tanto, foi realizada uma ampla consulta aos discentes para a elaboração destas estratégias. Foi desenvolvido um questionário a partir de um formulário *online*, composto por questões de múltipla escolha, com dimensões socioeconômica, psicossocial, informações sobre o Covid-19 e as tecnologias digitais, os impactos do vírus na escola e as condições de estudo. A aplicação previu uma busca ativa a todos discentes, por meio das redes sociais, a fim de acessar todo nosso público. A partir dessa compreensão, foi possível identificar situações de vulnerabilidades múltiplas predominantes entre estudantes do curso e, concomitantemente, planejar ações capazes de possibilitar a continuidade dos estudos, dadas a precarização da educação e das condições de acesso das estudantes, sob essa nova perspectiva pandêmica. Apesar dos esforços do curso de adequar as ações pedagógicas ter minimizado os efeitos negativos da imposição do modelo remoto-emergencial, constatamos a complexidade da implementação das ações desenvolvidas, ao mesmo tempo em que conseguimos manter articulações de resistência da Educação do Campo e reavivar esperanças.

Palavras-chave: educação do campo, pandemia, Unipampa, modelo remoto-emergencial, re(existência).

| | | | | | | |
|------|-----------------------|------|--------|------|------|-----------------|
| RBEC | Tocantinópolis/Brasil | v. 9 | e16181 | UFNT | 2024 | ISSN: 2525-4863 |
|------|-----------------------|------|--------|------|------|-----------------|



The challenges of Rural Education during the pandemic: the case of the Unipampa Rural Education course - Campus Dom Pedrito/RS

ABSTRACT: This article, in addition to presenting the context in which Unipampa's Countryside Education course has been consolidating itself, aims to address the strategies of the Countryside Education course in confronting the pandemic. To this end, a broad consultation was carried out with students to develop these strategies. A questionnaire was developed using an online form, consisting of multiple choice questions, with socioeconomic and psychosocial dimensions, information about Covid-19 and digital technologies, the impacts of the virus on school and study conditions. The application provided an active search for all students, through social networks, in order to access our entire audience. Based on this understanding, it was possible to identify situations of multiple vulnerabilities prevalent among students on the course and, concomitantly, plan actions capable of enabling the continuity of studies, given the precariousness of education and access conditions for students, under this new pandemic perspective. Although the course's efforts to adapt pedagogical actions have minimized the negative effects of imposing the remote-emergency model, we noted the complexity of implementing the actions developed, at the same time that we were able to maintain resistance articulations of Rural Education and revive hopes.

Keywords: rural education, pandemic, Unipampa, emergency remote model, re(existence).

Los desafíos de la Educación Rural durante la pandemia: el caso del curso de Educación Rural de Unipampa - Campus Dom Pedrito/RS

RESUMEN: Este artículo, además de presentar el contexto en el que se viene consolidando la carrera de Educación en el Campo de Unipampa, tiene como objetivo abordar las estrategias de la carrera de Educación en el Campo en el enfrentamiento a la pandemia. Para ello se realizó una amplia consulta con los estudiantes para desarrollar estas estrategias. Se desarrolló un cuestionario mediante un formulario en línea, compuesto por preguntas de opción múltiple, con dimensiones socioeconómicas y psicosociales, información sobre el Covid-19 y las tecnologías digitales, los impactos del virus en las condiciones escolares y de estudio. La aplicación proporcionó una búsqueda activa de todos los estudiantes, a través de las redes sociales, para poder acceder a toda nuestra audiencia. A partir de este entendimiento, fue posible identificar situaciones de múltiples vulnerabilidades prevalecientes entre los estudiantes del curso y, concomitantemente, planificar acciones capaces de posibilitar la continuidad de los estudios, dada la precariedad de la educación y las condiciones de acceso de los estudiantes, bajo esta nueva perspectiva de pandemia. Si bien los esfuerzos del curso por adaptar las acciones pedagógicas han minimizado los efectos negativos de imponer el modelo de emergencia remota, notamos la complejidad de implementar las acciones desarrolladas, al mismo tiempo que pudimos mantener las articulaciones de resistencia de la Educación Rural y reavivar esperanzas.

Palabras clave: educación de campo, pandemia, Unipampa, modelo remoto de emergencia, (re)existencia.

Introdução

O dia 31 de agosto de 2016 marcou o fim do período democrático brasileiro, quando a primeira mulher que chegou à presidência do país foi impedida de governar a partir de um golpe jurídico-midiático-parlamentar (Santos, 2018, p. 423). Desde então, a Educação do Campo, democrática em sua essência, voltou seus esforços à luta pelo retorno da democracia plena ao país, o que, apesar das ameaças terrorista-golpistas, parece ter ocorrido no dia 01 de janeiro de 2023. Nesse período, o golpe ampliou as articulações entre os setores do agronegócio e as forças ultraconservadoras, impondo uma agenda de destruição ambiental, de retirada de direitos e de aumento da violência contra os povos originários, tradicionais e camponeses. Nas cidades, mulheres, negros, pessoas LGBTQIAPNⁱ e pobres continuam sendo vítimas das forças armadas do capital e do Estado. Desse modo, o governo fascista implementado em 2018 acirrou ainda mais as dificuldades para que esses povos efetivassem o direito à educação.

O golpe encerrou um período de conquistas das lutas populares para que as classes subalternizadas tivessem acesso às políticas públicas, como reconhecimento de sua humanidade (Arroyo, 2019). Para o autor, o principal legado pedagógico da Educação do Campo é a reafirmação dos sujeitos do campo, das águas e das florestas, como sujeitos de direitos, como humanos. Em uma sociedade escravocrata, patriarcal, capitalista etc., camponesas/es, negras/os, povos indígenas, quilombolas, peões de estâncias, LGBTQIAPN+ e outros afirmarem-se como humanos é um perigo. Na tentativa de acabar com esse perigo se instaurou um golpe na aliança entre os setores do agronegócio; com a indústria química do agrotóxico; com o capital internacional, destacadamente associado à indústria do petróleo; com os interesses bélicos e setores conservadores do pentecostalismo.

Martins (2022) nos lembra que no primeiro ano do Governo Bolsonaro, mesmo antes da crise sanitária imposta pela pandemia do Covid-19, “o discurso e as ações ultraliberais se consolidaram na economia, associados a um discurso superconservador nos costumes. Houve continuidade, como método político, dos discursos raivosos, preconceituosos, bravatas e medidas descabidas” (Martins, 2022, p. 340). A tomada por esse projeto político traduziu-se em ações concretas da necropolítica, conceito pelo qual o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe, mostra como o Estado, por meio de suas ações, pode controlar quem deve viver ou morrer a partir de aparelhos sociais públicos (Mbembe, 2018). Para o campo e as

periferias das cidades, essas ações foram implementadas desde o primeiro dia do governo fascista e são tantas, em tantas áreas, que não cabem e nem merecem espaço neste artigo.

Portanto, a crise sanitária agravou o quadro, mas não podemos isolá-la de um contexto econômico, social e político que já estabelecia uma lógica estatal de negação de direitos e de estímulo à morte, contexto com o qual a pandemia apenas colaborou, agravando-o ainda mais. Neste sentido, é necessário destacar que ao contrário de tentar controlar a transmissão do vírus e estimular seu controle, seja pela restrição de circulação de pessoas ou pela vacinação, os discursos e ações do Governo Federal eram pela negação da ciência, da educação, da prevenção e pelo estímulo ao contágio, ainda que isso significasse a ampliação do número de mortes.

Por outro lado, os movimentos sociais do campo e das cidades tiveram que reinventar outras formas de se relacionar, de trabalhar, de aprender e de viver. A **resistência ativa**, como síntese do **denunciar** o sistema de mortes, **anunciar** a possibilidade da vida e praticar a **solidariedade** foi o mote pedagógico para ampliar a distribuição de alimentos de áreas de reforma agrária e agricultura familiar; estimular os estudos e a formação política por meios de comunicação virtual; criar os comitês populares de enfrentamento à pandemia e as cozinhas solidárias, entre várias outras ações que mantiveram redes de resistência, que se contrapunham à necropolítica implementada pelo Governo Bolsonaro.

No campo da Educação, os efeitos da pandemia sobre a saúde da comunidade escolar foram minimizados pela iniciativa dos gestores escolares, que fazendo uso de sua autonomia e baseados em recomendações das autoridades de saúde, interromperam as atividades presenciais logo após a confirmação dos primeiros casos do Covid-19 no país. Contudo, apesar da salvaguarda das vidas, outros desafios se impuseram às redes de ensino, especialmente no caso das instituições públicas, que dado o cenário de extrema vulnerabilidade de seus estudantes, associado às pressões pela manutenção das atividades de ensino advindas de uma política genocida do Estado, precisaram dar conta de desenvolver estratégias tanto para a manutenção do acesso à alimentação aos estudantes, quanto para manter, mesmo que precariamente, algumas atividades de ensino. Na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no curso de Educação do Campo, não foi diferente. O esforço para manter a permanência das estudantesⁱⁱ no curso foi um desafio que levou a conhecer e a compreender a situação dessas e quais seriam as ações para mantê-las presentes nesse novo modo de aulas, encontros, orientações, etc., ou seja, um plano estratégico para enfrentar o que

poderia ser pior. E foi.

Desse modo, o objetivo central deste artigo consiste em abordar as estratégias do curso de Educação do Campo no enfrentamento da pandemia, explorando tanto os caminhos internamente percorridos pelo curso para a garantia do acesso das estudantes ao direito à educação e à permanência, quanto sua articulação a outros atores sociais desta resistência, a fim de colaborar também na promoção do direito à vida das estudantes e de suas respectivas comunidades.

A Educação do Campo como um girassol no seu cabelo...

A Educação do Campo (EdoC) se constitui no final da década de 1990, como uma articulação nacional das lutas das trabalhadoras e trabalhadores do campo pelo direito à educação, materializando ações pela formulação de políticas públicas no interior da política educacional brasileira, que atendam aos interesses sociais das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, em especial, das camponesas e dos camponeses ou das famílias e comunidades vinculadas ao trabalho de base camponesa.

Usamos aqui a metáfora do girassol, símbolo da Educação do Campo, que é explicado pela relação da flor com o trabalhador do campo, haja vista que ambos se orientam pelo sol e também por seus saberes e culturas locais, sua ancestralidade e relações com a natureza. Da mesma forma, lembramos que é da natureza dos girassóis a **resistência**, que os faz reexistir no inóspito clima da região Sul, com temperaturas negativas no inverno e que passam dos 40 graus no verão; a **beleza**, que chama a atenção das aves para quem serve de alimento e que espalham pelo mundo suas sementes; e a **sabedoria**, que lhe orienta a sempre procurar o sol que lhe mantém vivo. Nesse sentido, a Educação do Campo não é bem-vinda pela elite da região, mas reexiste em meio ao latifúndio, à monocultura e às “chuvas de agrotóxicos”; germina nos territórios em que atua pela beleza de suas ações, nos quais a humanidade e o direito dos povos são reconhecidos a quem o direito à vida foi historicamente negado, bem como lembra que a pertença à natureza é direito de todas e todos. Sendo assim, cultiva e constitui novos saberes e epistemologias, que atraem àqueles que têm sede e fome, não só de água e comida, mas fundamentalmente de sabedoria e emancipação e que, por isso, se tornam também semeadores de girassóis e esperanças.

Nosso Girassol, o curso de Educação do Campo, foi criado em 2014 e incorpora

demandas das comunidades da campanha gaúcha que foram acolhidas pela Universidade Federal do Pampa, no Campus Dom Pedrito - RS. Dentre essas demandas, pode-se citar a pluralidade das pessoas que têm ingressado no curso, muitas trabalhadoras e trabalhadores do campo, professoras e professores, com regime de trabalho que não permite que frequentem a universidade em sua organização convencional. Nesse sentido, o Regime de Alternância, dividido em dois períodos pedagógicos - Tempo Universidade e Tempo Comunidade, tem possibilitado que essas mulheres e homens vivenciem a universidade pública e façam um curso de educação superior.

O curso comporta, em sua proposta pedagógica, a formação docente voltada para o fortalecimento das escolas do campo, por meio de processos de produção de conhecimentos a partir da realidade de inserção social das estudantes. Entende-se que essa concepção de escola deve ser pensada pelas protagonistas que vivem no e do campo, de modo a atender às suas necessidades, valorizar e (re)significar suas culturas, saberes, valores, signos, símbolos etc. Trata-se de uma instituição que colabora na reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho (Kolling, Nery & Molina, 1999).

Os girassóis cultivados na pampa

Caracterizada historicamente pelo predomínio de grandes latifúndios, a Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul sempre foi marcada pelos piores indicadores de desenvolvimento do Estado, o que se deve, em boa medida, à concentração da terra e da riqueza por uma elite agrária que mantém nas monoculturas sua principal atividade econômica, apropriando-se de seus dividendos e pouco contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento nestes territórios.

A pampaⁱⁱⁱ, na qual nossas sementes lutam para se tornar girassóis, refere-se à diversidade sociocultural, suas ambiências, o jeito de ser e viver das pessoas que habitam o Pampa bioma (62% de cobertura do Rio Grande do Sul), e seus ecossistemas, paisagens e paragens. O conflito de usos, a perda cultural e ecossistêmica tem sido tema de preocupação, mas o avanço do capital pelas planuras tem ocorrido de forma implacável.

A organização em alternância permite que estudantes de regiões diversas à localização da sede do Campus possam cursar esta licenciatura. As comunidades de origem das

estudantes estão nos seguintes municípios: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Canguçu, Dom Pedrito, Herval, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Piratini, Santana do Livramento, Santa Maria e a Terra Indígena do Guarita localizada nos municípios de Tenente Portela e Redentora.

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul, com as regionalizações do Curso de Educação do Campo da Unipampa/RS.



Fonte: Elaborado pelos autores

É nesse contexto que o girassol da Educação do Campo, na Campanha Gaúcha, vem crescendo e fazendo suas sementes se espalharem pelos campos do Sul e outros rincões, mantendo diálogos constantes e ações concretas em colaboração com múltiplas instituições, tais como as secretarias estaduais e municipais de educação, as escolas do campo, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, as comunidades remanescentes de quilombolas, as comunidades indígenas, os assentados da reforma agrária, os camponeses, os assalariados rurais e urbanos, os agricultores/pecuaristas familiares, as cooperativas, as Escolas Família Agrícola, entre outras.

Nosso jeito de cultivar girassóis: ventos que sopram nas suas pétalas...

Dentre as práticas agroecológicas que temos utilizado na constituição deste campo de

girassóis que mantém viva a Educação do Campo nestas bandas do Sul, temos cuidado das **sementes**, com ações como as feiras solidárias e de trocas de sementes; das **gentes**, quando destacamos a realização dos Encontros Internacionais dos Povos do Campo, realizados na universidade; da construção das **igualdades**, com ações pautadas em problematizar as desigualdades de raça, de gênero e de geração, das quais apontamos o Encontro da Juventude Quilombola e a atuação na constituição de fóruns institucionais de luta pela igualdade racial e de gênero; nas **lutas**, a partir da articulação constante junto aos movimentos sociais e de ações como a JURA - Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária; da **gestão democrática**, na constituição de um Conselho Comunitário; da **alimentação**, com a doação de alimentos agroecológicos aos estudantes de toda a universidade, em meio à pandemia e diante da inércia institucional. Enfim, um conjunto de ações amparadas na perspectiva de construção de uma práxis agroecológica, que se procurou desenvolver ao longo da trajetória do curso para manter viva a Educação do Campo (Guhur & Silva, 2021).

Esse rol de ações só foi possível graças ao envolvimento dos movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), a Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura), o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), as Comunidades Remanescentes Quilombolas dos territórios de origem das/os estudantes que mantiveram vivo o debate e a luta pelo direito à educação, às liberdades de expressão e novas formas de conceber a realidade a partir da diversidade cultural e étnica.

Como manter essas ações e dar continuidade aos processos formativos e de mobilização e formação de educadoras do campo em meio a uma pandemia assustadora? Nesse contexto, mantivemos, de diversas formas, o contato permanente com as estudantes, as ações de formação complementares, o ciclo de *webnários* sobre a educação do campo e as ciências da natureza, a realização desta Ampla Consulta sobre a qual passamos a apresentar a metodologia utilizada para conhecer as dificuldades, os desafios e as possibilidades para o enfrentamento da pandemia aliada à formação acadêmica.

A partir de uma reunião com a Comissão de Curso da Educação do Campo, a qual é composta por docentes, representantes discente e dos técnicos administrativos em educação, deliberou-se a criação de um grupo de trabalho (GT) para realizar uma Ampla Consulta aos discentes, que totalizavam 124 efetivamente frequentando o curso no mês de março de 2020. Foi elaborado um questionário a partir de um formulário *online* composto por questões de

múltipla escolha, com as seguintes dimensões: I. socioeconômica; II. psicossocial - envolvendo fatores de ordem psicológica e social; III. informações sobre o Covid-19 e as tecnologias digitais; IV. impactos do Covid-19 na escola e nas condições de estudo.

Ainda, o questionário também continha uma questão aberta: Considerando sua rotina de vida atual e sua estrutura de lar, conte-nos como percebe o estudo remoto? Além de um espaço para acrescentar considerações que não foram contempladas ao longo do questionário. Optou-se pela elaboração de um instrumento *online*, dado o momento pandêmico, sendo que a aplicação previu uma busca ativa a todas discentes, por meio das redes sociais, *Whatsapp* e telefone, a fim de acessar todo nosso público. O primeiro item do formulário *online* continha informações da finalidade e dos objetivos da ampla consulta. O texto salientava o sigilo da identidade das participantes, na sequência constava a ciência de terem sido esclarecidas sobre o teor da pesquisa e seu consentimento para o preenchimento do instrumento.

As informações coletadas foram sistematizadas numa planilha eletrônica e para a análise das questões de múltipla escolha foi utilizada a estatística descritiva. Para a questão aberta e o espaço referente às considerações extras foi utilizada a análise qualitativa na forma de narrativas. O resultado desse processo subsidiou decisões da comissão de curso em relação à continuidade do semestre e demais atividades pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão.

Compreender a realidade para que os girassóis continuem a germinar

Do total de 124 estudantes efetivamente frequentando o curso, 105 (84%) responderam ao questionário, das quais 19 (16%) foram consultadas por telefone, pois alegaram não ter condição de acesso digital. Do total de pessoas que responderam, 80 (76,1%) eram do sexo feminino. Com a predominância de um público feminino, o ensino remoto ganha contornos diferenciados devido ao gênero, dado que o trabalho reprodutivo é relegado majoritariamente às mulheres. Problematiza-se, então, a reprodução social, a qual envolve os comportamentos, as atividades, as responsabilidades que são necessárias para a manutenção da vida e que ocorrem no ambiente doméstico e, justamente por isso, se tornou invisibilizado, desvalorizado e com essas características, não é reconhecido como trabalho (Federici, 2019). No cenário pandêmico, especialmente no momento de distanciamento social, houve ainda mais sobrecarga de trabalho para o gênero feminino, ou seja, o que já é uma questão nevrálgica nas pautas que reivindicam a igualdade de gênero, tornou-se um problema ainda

mais agravado, por estarem realizando todas as atividades em âmbito doméstico, tais como as aulas remotas e demais atividades de ensino demandadas ao longo deste período. Neste cenário, destacamos que este recorte de gênero possui implicações a todos os resultados de análise neste texto.

Na dimensão I - socioeconômica, 65 estudantes (61,9%) possuíam renda familiar per capita de até um salário mínimo (R\$1045,00 na época). Em relação à ocupação e/ou trabalho, o questionário possibilitava responder mais de uma alternativa. Houve predomínio de estudantes que não estavam trabalhando no momento da pesquisa 25,7%; 22,9% estavam trabalhando no serviço público municipal ou estadual; 15,2% afirmaram trabalhar na agricultura, pecuária ou no campo; 14,3% realizavam trabalho sem remuneração; 9% trabalhavam em atividades informais; 8% trabalhavam em casa com artesanatos, carpintaria, aula particular e 7% realizavam trabalho doméstico na casa de outras pessoas.

Essas informações permitem inferir tanto a precariedade das condições de vida das estudantes, dado que a maioria possuía rendimentos mínimos, bem como as respectivas situações de trabalho, pois agregando as informações temos que a maioria das estudantes estava desempregada e/ou sem vínculo formal de trabalho, num período em que a principal política pública do estado brasileiro foi para proteger os empregadores, ao permitir a redução das jornadas de trabalho com a respectiva redução salarial.

Tais dificuldades econômicas, com a redução de renda, ocasionada pelo isolamento físico, que levou estudantes a perder ou reduzir suas fontes de sustentação econômica, também surgiu como uma preocupação, em especial com a não manutenção, por parte da universidade, dos planos de assistência estudantil. Para além da redução da renda, a crise sanitária provocou um rearranjo nos horários de trabalho, de forma que as estudantes demonstraram preocupação sobre em quais horários seriam as atividades síncronas.

Foi mencionado, ainda, que a casa não é um ambiente adequado para o estudo, dentre os motivos explicitados, citam espaços inadequados e interrupções externas por estarem despreparadas para transferir as atividades de estudos para o ambiente doméstico. Tal questão afetou a separação de tempos entre o público e o privado, entre trabalhos e estudos, acarretando menor disponibilidade e, conseqüentemente, menos tempo de dedicação aos estudos e atividades necessárias ao processo formativo.

Para as estudantes, a pandemia explicitou a falta de políticas públicas e, conseqüentemente, de investimentos tanto no campo, quanto na educação. Segundo elas e

também como pudemos observar, os cortes de verbas reincidentemente determinados pelo governo federal afetaram diretamente a assistência estudantil. Também foi destacada a falta de assistência específica para as atividades remotas.

A pesquisa revelou que a maioria das estudantes reside com a família, sendo que 31 delas (29,5%) moram com 3 pessoas, e somente 3 estudantes residem sozinhas. Referente a compor o grupo de risco, 68 estudantes (64,8%) alegaram que residiam com pessoas com 60 anos ou mais, com algum tipo de doença crônica ou fazendo uso de medicamentos imunodepressores. Um número expressivo de estudantes (60 - 57,1%) afirmaram ter integrantes da família com dependência direta de cuidados. No que se refere à crise sanitária e aos impactos para a vida diária, a maioria das estudantes (41%) alegou ter havido grande impacto. Esse resultado é expresso nos comentários:

A atual situação que estamos vivendo impactou diretamente tanto na área econômica, quanto no trabalho, pois muitas pessoas ficaram desempregadas, outras tiveram que se reinventar para poder sobreviver, e outras tiveram que trabalhar o dobro. Na atual situação que me encontro estou trabalhando o dobro, pois agora todos da minha família precisam de mim, minha mãe está sem trabalhar, pois está na área de risco e meu pai também, minha filha está em casa tendo aulas *on-line*, e eu e o meu marido somos únicos a possuir renda, as coisas mudaram muito. Essa situação não é vivenciada somente por mim, mas sim por vários colegas. (estudante do Curso de Educação do Campo)

A crise sanitária causada pelo covid-19 causou mudanças drásticas em nossa comunidade, nas escolas e na saúde, pois não temos atendimento médico e a falta de empenho pelas lideranças locais ou responsáveis, no geral a comunidade é um caos. (estudante do Curso de Educação do Campo)

Esses relatos quando associados aos dados referentes ao gênero, à renda, ao trabalho e à rotina de cuidados dá tons ainda mais dramáticos à situação das estudantes durante a fase mais aguda do período pandêmico, pois demonstram que, além da rotina doméstica cotidiana que se misturava ao trabalho em condições ruins e de baixa remuneração, somavam-se a demanda por cuidados aos familiares e a própria incapacidade e/ou falta de vontade do Estado em garantir o acesso à rede pública de saúde. Ainda em relação à saúde, destacou-se que o retorno das atividades levaria a longos períodos de exposição à tela de computadores, celulares e outros equipamentos, seja durante as atividades síncronas ou ao considerar leituras e escritas durante as atividades assíncronas.

As estudantes alegam se sentir sobrecarregadas com o trabalho reprodutivo a partir de afazeres domésticos que incluem o cuidado com a casa, o preparo e a conservação do

alimento, o cuidado com as crianças, idosos e outras pessoas com doenças e do grupo de risco. É possível visualizar essa questão no seguinte excerto: “Vou possuir alguma dificuldade pois tenho uma filha de quase 2 anos, só poderei me dedicar no momento em que ela estiver dormindo” (estudante do curso de Educação do Campo). Essa realidade foi perceptível durante reuniões e aulas síncronas, quando era comum a interrupção devido às demandas domésticas que se apresentavam.

Dada esta realidade, ressaltaram ainda que com as demandas geradas pelo retorno das atividades, ainda que na modalidade remota, aumentaria o risco de exposição ao vírus, tanto de suas quanto de outras pessoas que residem em suas casas, e que, portanto, a prioridade naquele momento não deveria ser o retorno aos estudos, mas sim a priorização da vida, com a redução das possibilidades de contágio. Neste ponto, é importante lembrar que muitas estudantes não tinham acesso às ferramentas digitais para acompanhar o ensino remoto, sendo obrigadas a romper o isolamento social recomendado e colocar as suas vidas e de seus familiares em risco para buscar locais em que tivessem como acessar computadores e redes de internet, muitas vezes deslocando-se até a casa de colegas.

Diante desse quadro, as estudantes destacaram a importância da prática da solidariedade com quem não tem como estudar de forma remota. Então, mesmo algumas que avaliavam que teriam condições de continuar os estudos de forma remota, para não deixar ninguém para trás, se posicionaram desfavoravelmente, reafirmando a insígnia “ninguém solta a mão de ninguém”.

Na dimensão II - psicossocial, que envolve fatores de ordem social e psicológica e na qual o instrumento de pesquisa permitia indicar mais de uma resposta, 77 estudantes (73,3%) alegaram estar mais ansiosas, 50 sentindo medo (47,6%), 48 com alterações do sono (45,7%), 35 sentindo tristeza (33,3%), 34 afirmaram sentir alteração no apetite (32,4%), 28 declararam sentir agitação (26,7%) e 28 sentindo confusão (26,7%). Com menor ocorrência 18 (17,1%) estudantes afirmaram sentir dor física, 11 sentiram raiva (10,5%) e 4 (3,8%) sentiram tremores. No que se refere às interferências no processo de aprendizagem, houve destaque para a falta de concentração (78,1%), dificuldade de memorização (41,9%) e sobrecarga mental (35,2%). O seguinte excerto de uma das falas das participantes ratifica esses resultados:

Pelo menos 4 desses grandes sintomas são presentes em minha vida, a ansiedade é constante por não sabermos o dia de amanhã, medo de todo o cenário, dor física por se tratar de cansaço, pois sinceramente estou trabalhando dobrado, não tenho tempo para nada literalmente, agitação por não poder fazer nada para mudar essa situação e o cenário. (estudante do curso de Educação do Campo)

Mais uma vez, o cenário que as informações permitiam construir era preocupante, especialmente considerando que para garantir o acesso à educação a essas pessoas, em situação de tamanha vulnerabilidade, fomos obrigados a pensar em estratégias pedagógicas para viabilizar o recém criado modelo remoto-emergencial de ensino. Isto é, a partir de ferramentas parcialmente importadas e adaptadas da Educação à Distância (EaD) seria necessário planejar a continuidade dos estudos de um curso originalmente presencial e com estudantes que tinham como perfil a precariedade das condições de vida, a sobrecarga de trabalho e, como veremos em seguida, condições muito ruins de acesso à internet e mesmo a equipamentos que permitissem o acesso à mesma.

Já na dimensão III do instrumento de pesquisa, quando questionadas sobre a conexão de internet em casa, 41 estudantes (39%) alegaram realizar o acesso por telefone pré-pago. 55 estudantes (52,4%) com acesso à internet afirmaram instabilidade no sinal de transmissão e prejuízo na navegação, sendo necessário considerar ainda que a maioria das estudantes da Educação do Campo residem em áreas rurais, onde o acesso à internet é precário em todo o país.

A maioria das estudantes (89,5%) utilizavam o celular como equipamento para acesso à internet. Mais da metade (56,7%) afirmaram que em suas residências outros membros da família estavam desenvolvendo atividades remotas; os equipamentos utilizados eram divididos com outras pessoas em 57,1% dos casos. O *Whatsapp* foi a ferramenta digital apontada como a de maior facilidade para o acesso (92 - 87,6%), seguido do *Facebook* (57 - 54,3%).

Ao tratar do acesso aos meios eletrônicos de comunicação e estudos, as estudantes reiteraram a precariedade da abrangência da telefonia, fazendo com que tivessem, em período pandêmico, que se deslocar para outras residências, subir em árvores ou ir para partes mais altas das localidades, a fim de obter sinal. Foi comentada também a não existência de redes de internet a cabo, desta forma, muitas vezes o acesso se dava de forma precarizada com pacotes de dados que se esgotavam rapidamente, acarretando um aumento de gastos com telefonia móvel.

Ainda em relação ao acesso, várias estudantes destacaram a falta de equipamentos adequados, muitas vezes lendo e digitando longos textos em aparelhos celulares com tecnologias já ultrapassadas e/ou dividindo o mesmo aparelho com outras pessoas para atividades de trabalho e estudo remoto. Além disso, muitas demonstraram preocupação com a falta de conhecimento para o uso das tecnologias de comunicação à distância, tanto dos equipamentos, quanto dos programas necessários para a efetivação destas comunicações, tais como editores de textos e planilhas, formatação do trabalho no celular, entre outros. Também foi destacada a dificuldade de acesso ao *e-mail* e *site* da plataforma institucional - *Moodle* – e outras contratadas pela universidade, como o *Google Classroom*, que muitas vezes não são compatíveis com os programas e aplicativos dos aparelhos utilizados pelas estudantes.

Essas respostas dialogam na afirmação com outras pesquisas, no sentido de que a pandemia explicitou o abismo da desigualdade de acesso à informação e às tecnologias. Ainda que referente à rede básica de educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), utilizando dados do IBGE, divulgou uma pesquisa cujos resultados, dada a proximidade econômica, social e cultural das estudantes da Educação do Campo, reflete a mesma realidade:

Ao fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho, seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde viviam. Destes, 4,1 milhões estudavam na rede pública de ensino... a desigualdade na utilização da internet era grande antes do início da pandemia, com grandes variações não só no acesso ao serviço, mas na qualidade do serviço e na posse de equipamentos adequados para assistir às aulas. (Undime, 2021)

Ainda, segundo essa mesma pesquisa, enquanto 99,5% dos brasileiros acessam a internet pelo celular, apenas 45,1% da rede pública o fazem por computadores. Embora 78,3% da população e 82,7% dos domicílios brasileiros tivessem acesso à internet no fim de 2019, a cobertura variava muito entre regiões, faixas de renda e tipo de escola frequentada. A disparidade no acesso a microcomputadores entre estudantes é ainda mais elevada. Enquanto na rede privada 81,8% dos estudantes acessaram a internet usando esse tipo de aparelho, na rede pública a taxa era de apenas 43%. Se considerarmos apenas a zona rural dos municípios, por exemplo, a taxa de cobertura de internet é de 55,6% dos domicílios. De acordo com a pesquisa, o preço, a falta de conhecimento sobre como usar e a indisponibilidade do serviço são as principais razões apontadas para a falta de internet no meio rural.

Esse cenário corrobora a impossibilidade do ensino remoto para a maioria do grupo de

estudantes da Educação do Campo, afinal, qual seria a viabilidade de acompanhar os estudos apenas por meio de *smartphones* com plano pré-pago e instabilidade de sinal, em alguns casos compartilhando os mesmos com outros familiares? Ademais, quais são as possibilidades de qualidade de leitura e/ou condições de redação contando-se apenas com um teclado e uma tela de *smartphone*? As questões são meramente retóricas, porque a resposta para ambas é óbvia, todavia, os dados referentes às ferramentas utilizadas constituíram, simultaneamente, uma pista e uma preocupação em relação à implementação do ensino remoto e à formação das estudantes. A pista estava no fato de que as redes sociais citadas (*Whatsapp* e *Facebook*) poderiam ser utilizadas, como efetivamente foram, como ferramentas de ensino, especialmente porque na maioria dos planos de operadoras telefônicas seu uso não gera custos ao plano de dados. Contudo, também estava aí uma de nossas preocupações, pois foram essas mesmas redes sociais que recentemente haviam se constituído em um dos principais vetores das ditas *fakenews*, que colaboraram com a consolidação do golpe e da implementação do fascismo como política de estado, em um cenário em que a legislação ainda é completamente incipiente e insuficiente.

Ainda na dimensão III - sobre o Covid-19 e as tecnologias digitais -, quando questionadas sobre as informações referentes à crise sanitária, 53 estudantes (51,5%) alegaram pouca informação e 44 (41,9%) afirmaram estar bem informadas. A televisão foi o meio predominante de obtenção de informações, com 82 estudantes (78,1%). Outros meios de comunicação apontados tiveram distribuição semelhante, tais como rádio (50,5%), *sites* com notícias (44,8%) e grupos de *Whatsapp* (41%), salientando que era possível assinalar mais de uma resposta. Dessa forma, nossa preocupação se justificava pertinente, dado que mais da metade das estudantes se diziam pouco informadas e a própria fonte daquelas que se julgavam informadas talvez fosse questionável.

Na dimensão IV - impactos do Covid-19 na escola e nas condições de estudo, ao serem questionadas sobre o número de horas diárias destinadas ao estudo no formato remoto, 81,8% das estudantes afirmaram até 5 horas, dessas, 58,1% somente de 1 a 3 horas. Na ocasião da consulta, 42,9% eram desfavoráveis ao retorno das atividades acadêmicas no modelo remoto-emergencial, já 38,1% afirmaram ser favoráveis ao retorno.

Ao avaliar as implicações didático-pedagógicas do ensino remoto-emergencial para o curso de Educação do Campo e considerando que o mesmo congrega uma diversidade de povos de diferentes territórios: indígenas, quilombolas, camponesas e camponeses, peões de

estâncias e outros, muitas estudantes manifestaram em suas falas a contrariedade ao retorno, dada a incompatibilidade com as necessidades e suas exigências, contradizendo, inclusive as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, da Educação Escolar Indígena e da Educação Escolar Quilombola. Conforme um comentário:

Acho péssimo o retorno. Impossível para mim. Estou em um momento de exaustão, de sobrecarga, de medos. Neste momento, minha prioridade são vidas! Além do mais, sou totalmente contra aulas remotas. Não podemos ver o regime de alternância, como um negócio. Não podemos usar a pandemia, ou deixar que ela nos confunda, a ponto de acharmos que qualidade é economia. Me matriculei em um curso, 5 estrelas, dadas pelo MEC, por sua qualidade, com aulas 100% presenciais, com qualidade e em regime de alternância. Me matriculei em Educação do Campo-Licenciatura. Um curso, onde os Povos Tradicionais do Campo e suas necessidades, importam! A pandemia modificou totalmente nossas vidas, na cidade, no campo, e isso, não pode aumentar ainda mais as dificuldades dos povos do campo, que já estão com dificuldades para assegurar suas próprias vidas, em seus espaços territoriais. (estudante do curso de Educação do Campo)

Também foi comentado pelas estudantes que sendo a Educação do Campo uma modalidade educativa marcada pelo permanente diálogo com a comunidade e pela interação entre educandas e educadoras, a modalidade remota seria incoerente com esses e outros fundamentos do curso. Nessa mesma perspectiva, várias estudantes demonstraram preocupação quanto à qualidade do ensino na modalidade remota, uma vez que faltaria o contato visual com professores/as, a interação com os colegas e a vivência do cotidiano da universidade. Destacam que essa situação se agravaria com as dificuldades de leitura, de escrita e o frágil domínio das operações matemáticas. Outra preocupação se refere à possibilidade da forma remota de ensino facilitar processos de controle do capital sobre a educação, com o risco de privatização. Resistir ao retorno remoto, seria, portanto, uma forma de resistir ao processo de privatização. (Freitas, 2020).

Mesmo as estudantes que responderam ser favoráveis ao retorno na modalidade remota comentaram que “apesar de ser favorável, reconhece que esta precariza debates e trocas de experiências” (estudante do curso de Educação do Campo), entretanto, vislumbravam também a “oportunidade de experimentar outras formas de ensino-aprendizagem” (estudante do curso de Educação do Campo). Por outro lado, alguns comentários, ainda que favoráveis, propunham que o retorno estivesse condicionado à assistência, por parte da instituição, das condições para a operacionalização das atividades: “para o remoto é necessário a universidade disponibilizar equipamentos e assistência estudantil condizente com o momento da pandemia” (estudante do curso de Educação do

Campo). Ainda, destaca-se que a manifestação favorável ao retorno de algumas estudantes restringia-se apenas à conclusão do semestre que já se havia iniciado.

No entanto, a principal preocupação das estudantes que entendiam a necessidade do retorno foi a respeito da falta de perspectiva da retomada das atividades presenciais com a segurança sanitária necessária, ocasionando, portanto, um atraso na integralização curricular. Segundo as mesmas, esse possível atraso poderia interferir significativamente na vida e ocasionar desistências/abandonos. O retorno das atividades acadêmicas, ainda que na forma remota, seria uma “opção para não atrasar os estudos” (estudante do curso de Educação do Campo) e para não perder o vínculo com a universidade. Da mesma forma, poderia ser uma oportunidade de sair da rotina e, com isso, “uma forma de nos ajudar a enfrentar a pandemia” (estudante do curso de Educação do Campo).

Ao analisar os dados a partir deste recorte entre favoráveis e desfavoráveis ao retorno, verifica-se que entre o segundo grupo predominam argumentos que tanto reiteram a precariedade das condições de vida, saúde e acesso das estudantes durante a pandemia, quanto preocupações que remetem à perspectiva pedagógica presencial inerente à Educação do Campo e sua resistência ao projeto hegemônico neoliberal, que teve no ensino remoto uma oportunidade ímpar de ampliação do mercado da educação. Por sua vez, entre as estudantes favoráveis ao retorno, destacam-se a preocupação com a conclusão dos estudos e as próprias oportunidades de conhecer outras formas de aprendizagem ante a inexistência de perspectiva de superação do quadro pandêmico diante da atuação errante do estado brasileiro.

Contudo, mesmo que um número significativo de estudantes entendesse que seria prudente retomar os estudos apenas quando houvesse condições sanitárias adequadas para o retorno presencial, ou ainda que mesmo entre os estudantes favoráveis à implementação do modelo remoto-emergencial se reconhecesse a necessidade da criação de condições para os estudos, esses pontos nunca chegaram a ser uma possibilidade ou mesmo uma preocupação efetiva do estado brasileiro e das instituições de ensino superior, pois a universidade, em consonância com as diretrizes que chegavam do Ministério da Educação, impôs o retorno no modelo remoto-emergencial como obrigatório. Porém, apesar das poucas horas diárias dedicadas aos estudos, é representativo que, mesmo na situação de insegurança e precariedade que enfrentavam, a maioria das estudantes ainda conseguia dispensar uma parte de sua jornada diária de atividades aos estudos.

Conforme mencionamos anteriormente, para o acompanhamento das atividades

desenvolvidas remotamente, os aplicativos de mensagem instantânea, como o *Whatsapp* (71,4%), se destacaram dos demais formatos, como o *Zoom* e o *Google Meet* (51,4%), sendo que o *Moodle* e o *Google Classroom* são os menos apontados por estudantes como alternativa (22,9%). Em relação a esses dados cabe um adendo importante, pois se a panaceia do modelo remoto-emergencial foi vendida a partir de ferramentas adaptadas do EaD e da compra de pacotes tecnológicos de educação de megacorporações do ramo da informação, como o *Google*, por exemplo, na prática, pelo menos entre as estudantes do curso de Educação do Campo da Unipampa, as ferramentas que garantiram a viabilidade do ensino remoto, mesmo que precariamente, foram em sua maioria redes sociais que já estavam em uso de modo gratuito e foram adaptadas para isso, especialmente porque tinham sido projetadas inicialmente para se popularizar entre grupos em situação de maior vulnerabilidade, dado que em muitos casos não geram custos na transmissão de dados e funcionam mesmo em condições precárias de acesso à internet, situação que era o caso da maioria das estudantes do curso. Sabemos que a facilidade de acesso às redes sociais está ligada aos interesses econômicos que conhecemos, especialmente relacionados às megacorporações, que têm interesse em ampliar suas redes de consumidores, além de ambições econômicas e políticas ocultas, sobre os quais precisamos aprofundar nossas compreensões, mas, de toda forma, não deixa de ser instigante problematizar a inexistência de plataformas e equipamentos gratuitos e acessíveis de ensino.

Ao tentar nos arrancar, espalhamos nossas sementes...

Ao longo da pandemia, a Unipampa adotou como política institucional a manutenção do vínculo dos estudantes, o que, ao mesmo tempo em que foi fundamental no sentido de tentar resguardar o direito de todos, independente da condição de acesso ao ensino remoto, de permanecer na universidade, também dificulta, fato perceptível por meio dos dados brutos, compreender os efeitos da pandemia em termos das reais possibilidades de retomar esse vínculo com o retorno às atividades regulares. Neste sentido, a variação do número de estudantes vinculados ao curso em março de 2020, quando foram suspensas as atividades acadêmicas, e março de 2022, quando as atividades da Educação do Campo retornaram ao modelo presencial, não foi significativa, dado que tínhamos 152 estudantes com vínculo no período anterior à pandemia e, logo no retorno, durante a pandemia, eram 147. Porém, um ano

após a volta das atividades presenciais houve uma queda significativa do número de estudantes matriculados no curso, tendo em vista que tínhamos 108 estudantes em março de 2023, com tendência de queda para os próximos semestres, o que pode ilustrar o fato de que a pandemia associada a uma gestão genocida do Estado inviabilizou a manutenção do direito à educação para muitas estudantes.

Ao mesmo tempo, para garantir as melhores condições possíveis de acesso dos estudantes ao ensino remoto, várias estratégias foram adotadas pelo curso, tais como a flexibilização nas formas de comunicação com os estudantes. Nesse sentido, além dos Ambientes Virtuais de Aprendizagens (AVAs) já disponíveis na universidade, importados do ensino à distância e das ferramentas do pacote da *Google*, adquirido pela universidade, como o *Google Meet*, *Google Drive*, *Google Classroom*, entre outros, optou-se por ampliar a comunicação com os estudantes por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, os quais além de demandarem menor velocidade de internet, em muitos casos não geram consumo na franquia dos pacotes de dados móveis das operadoras, modalidade predominante de acesso à internet entre as estudantes do curso. Da mesma forma, tais plataformas também mitigam, mesmo que de forma bastante precária, as limitações de acompanhar o ensino remoto em *smartphones*, dado que esses aparelhos eram para a maioria das estudantes a única forma de acessar o ensino remoto. Outrossim, considerando que a maioria das estudantes da Educação do Campo moram em regiões rurais, nas quais os serviços de telefonia e internet são precários ou indisponíveis, essa estratégia foi capaz de garantir um acesso, mesmo que precário, da maioria dos estudantes do curso ao ensino remoto.

Essas condições só foram identificadas porque o curso tomou a iniciativa de fazer esta ampla consulta aos estudantes, a qual embasa esta pesquisa, antes de fazer o planejamento de suas ações. A propósito, destaca-se dessa ampla consulta a profundidade dos questionários, que não se limitaram a indagar apenas as possibilidades de acesso ao ensino remotos, bem como a busca ativa realizada pelos servidores com atuação no curso. Assim, esse instrumento, seja por delimitar a pesquisa apenas aos estudantes do curso, seja por delineamentos metodológicos utilizados, chegou a resultados diferentes da pesquisa oficial da instituição, pois enquanto esta concluiu, a partir de formulários enviados de forma exclusivamente digital aos estudantes, que a maioria possuía condições de acesso ao ensino remoto, a pesquisa da Educação do Campo teve a predominância de estudantes sem condições adequadas para acessar essa modalidade de ensino.

Ainda em termos de ações do curso para minimizar as dificuldades dos estudantes em acompanhar o ensino remoto, em consonância com as orientações de reuniões com cursos de licenciatura em Educação do Campo de outras Instituições de Ensino Superior (IES), realizadas pelo FONEC - Fórum Nacional da Educação do Campo -, e considerando que para o acesso às políticas de assistência estudantil havia uma exigência de matrícula em componentes curriculares, a Comissão de Curso deliberou pela oferta de Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs), pelas reofertas de componentes em que havia estudantes reprovadas e pelas ofertas de componentes para a migração curricular, retomando-se a oferta integral do curso apenas no semestre seguinte ao do retorno e implementação do modelo remoto-emergencial, ou seja, foi constituído um semestre de transição entre o ensino presencial e o ensino remoto no curso, de forma que as estudantes tiveram a oportunidade de se familiarizar e se adaptar ao ensino remoto antes que o mesmo fosse efetivamente obrigatório.

De modo concomitante a essas ações, também foram realizadas constantes tratativas com as Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), a fim de respaldar as flexibilizações pedagógicas adotadas pelo curso e de garantir o acesso das estudantes às políticas de assistência estudantil, especialmente considerando seus contextos de imersão social eivados de múltiplas vulnerabilidades para um contingente significativo de estudantes do curso.

É importante frisar que logo após a suspensão das atividades presenciais da universidade, em virtude da chegada da pandemia ao território brasileiro, houve um lapso de aproximadamente 6 meses até a retomada das atividades no modelo remoto-emergencial, período em que ocorreu o Ciclo de Webinários “A Educação em Tempos de Pandemia”, em que foram realizados mais de 30 webinários, os quais contaram com a participação de mais de 500 ouvintes, com palestrantes e participantes de várias regiões do Brasil, da América Latina e da África.

Também foi durante a pandemia que realizamos a 3ª Edição do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo: refazendo os caminhos do Pampa, com carga horária total de 200 horas, realizado de forma remota e que contou com 100 educadores de diferentes regiões do estado e da região sul inscritos, dos quais 75 concluíram essa formação com aprovação.

Ainda, no período da pandemia, o curso de Educação do Campo contribuiu com a

oferta do Curso de Formação de Militantes em Defesa da Educação do Campo, promovido pela AEDOC - Articulação em Defesa da Educação do Campo - RS, no qual estiveram aproximadamente 200 pessoas de todos os estados do Brasil, das quais cerca de 75% concluíram as atividades.

Da mesma forma, também foi durante a pandemia que se rearticulou o Conselho Comunitário do Curso de Educação do Campo, a partir de uma comissão *pró-tempore* designada pela comissão de curso, a qual a partir de uma assembleia virtual, com representações de movimentos sociais, sindicatos, organizações sociais, povos originários, comunidades tradicionais, camponeses, estudantes, entre outros, assumiu junto à comunidade um conjunto de compromissos, dentre os quais muitos já estão sendo levados adiante, tais como a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), o Encontro dos Povos do Campo, editais específicos e outros.

Por fim, diante do agravamento da pandemia e da crise econômica provocada pelo governo e considerando a significativa ampliação das vulnerabilidades dos estudantes da Unipampa, que, em um cenário de políticas de assistência estudantil insuficientes, já estavam em situação de fome, foi articulada como atividade da JURA do ano de 2021 uma ação de solidariedade junto com o MST, na qual foram doados alimentos aos estudantes de toda a instituição.

Para nunca esquecer: sempre falaremos de flores...

Da mesma forma que os agrotóxicos utilizados na produção de *commodities* avançam de maneira propositadamente acidental sobre os camponeses, seus territórios e recursos produtivos, muitas vezes inviabilizando a produção de alimentos nos territórios em que atuam, o agronegócio também procurou atuar desde a vinda do curso, inicialmente para evitar sua chegada e, em seguida, para coagir suas ações. Jamais esqueceremos que as primeiras turmas do curso eram constantemente lembradas de que aquele espaço da universidade supostamente não seria seu, todavia, como historicamente fizeram os povos originários, tradicionais e camponeses, resistiram a essas violências e continuam a semear os girassóis pela pampa.

Ao mesmo tempo, neste cenário de democracia comprometida e de pandemia, em que estudantes e professores eram pressionados a trabalharem em condições de acesso limitado a

alimentos, nos precários e improvisados espaços de suas casas, em uma pseudomodalidade remota de ensino, que inclui tanto um sistema de “educação por tarefas”, quanto atividades *online*, que ignoram a falta de acesso de professores e estudantes à internet e aos equipamentos minimamente adequados para as atividades de ensino, o capital continuava a insistir em vender modelos remotos de educação como uma panaceia para o futuro, articulando-se e cooptando o Estado para precarizar ainda mais os sistemas públicos de educação.

Na contramão do estado brasileiro, a ciência e os profissionais comprometidos com a saúde da população conseguiram garantir que fosse desenvolvida e chegasse até à população uma vacina eficiente contra o Covid-19, que permitiu arrefecer o sofrimento de um país que superou 700 mil vidas perdidas durante a pandemia. Da mesma forma, no campo da educação, educadores e educadoras têm superado a inércia do Estado e a completa falta de recursos para garantir aos estudantes o direito à Educação. Cenário esse em que o curso de Educação do Campo também retomou suas atividades presenciais e aos poucos articula-se novamente na retomada de suas lutas, procurando acolher e mobilizar as pessoas que lhe dão vida. Os desafios são enormes, afinal as ervas daninhas são persistentes (agronegócio) e ganharam força ao se juntarem às pragas (Covid-19) e às sombras (Fascismo), mas não serão capazes de impedir os girassóis de anunciar outras primaveras, pois como nos ensina Conceição Evaristo, "Combinaram de nos matar. Mas nós combinamos de não morrer."

À título de conclusão

Diante do necessário isolamento físico para reduzir os impactos da pandemia, o curso de Educação do Campo optou pela ampla consulta às estudantes regularmente matriculadas, conforme descrito ao longo deste artigo. A opção por ouvi-las reafirmou o compromisso com a radicalização da democracia, objetivando compreender as condições objetivas e subjetivas para, dentro das possibilidades, dar continuidade ao processo formativo.

Durante a consulta, percebemos que as desigualdades econômicas, sociais, geracionais e de gênero agravam o acesso à Educação no sentido mais amplo, mas também à informação e à comunicação, impondo ainda mais limites às possibilidades de dar sequência, ainda que de forma remota, aos estudos necessários para a formação pretendida. Destacamos que os esforços de estudantes e professores tanto na escola básica, quanto, neste caso, no curso de

Educação do Campo - Licenciatura, e todo o acolhimento que buscamos desenvolver, não foram suficientes para dar conta das necessidades que estavam postas. A opção pelas atividades remotas de ensino apresentou, como demonstrado na pesquisa, complexidades de implementação, tais como o excesso de exposição à tela, a precariedade das condições de estudo nas residências de estudantes, nas quais a “aula remota” invadia espaços da vida privada com a exposição do âmbito doméstico, a falta de local adequado para estudos, a dificuldade de acesso à internet, a falta de aparelhos para acompanhar as atividades, entre outras apontadas ao longo deste artigo.

Explicitou-se, assim, em nosso entendimento, que as atividades remotas não foram adequadas para o projeto de formação pretendido na Educação do Campo, seja pelas razões citadas no parágrafo anterior, seja pelos princípios políticos pedagógicos pretendidos e praticados ao longo do curso, tais como o estímulo a auto-organização estudantil, os encontros dos povos, a participação em eventos de economia popular solidária, as feiras de sementes, as atividades do Tempo Comunidade e outras que não puderam ser realizadas neste período. Entretanto, ouvir estudantes possibilitou caminhos possíveis para a manutenção do contato com as comunidades, para a atuação na minimização das perdas do processo do ensino-aprendizagem neste período e para a ampliação da articulação do Curso com a rede de resistências (com movimentos sociais, sindicais, FONEC e outros) às tentativas de privatização e de precarização das atividades educativas.

Por fim, outra dimensão importante de salientar foram as aprendizagens para o melhor uso das ferramentas de comunicação, o que nos possibilitou realizar uma série de atividades formativas e de resistências, tais como webinários, JURA e encontros do Conselho Comunitário, de forma que mesmo em solo árido construído por uma conjuntura adversa, seguimos cultivando a esperanças.

Referências

Arroyo, M. G. (2020). Prefácio: Memórias de Educação do Campo, In Santos, C. A. dos, Kolling, E. J., Rocha, E. N., Molina, M. C., & Caldart, R. S. (Orgs.). *Dossiê educação do campo*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. Recuperado de https://fonec.org/wpcontent/uploads/2021/04/Dossie_Educacao_do_Campo_Ebook-1.pdf

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista Trans: Coletivo Sycorax*. São Paulo: Elefante.

Freitas, L. C. (2020, 08 de março). Lições da privatização na Educação. [Web log post]. Recuperado de <https://avaliacaoeducacional.com/2020/10/15/licoes-da-privatizacao-na-educacao/>

Gurur, D., & Silva, N.R. (2021). Agroecologia. In Dias, A. P., Stauffer, A. B., Moura, L. H. G., Vargas, M. C. (Orgs.). *Dicionário de Agroecologia e Educação* (pp. 59-72). Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Kolling, E. J., Nery, F. S. C., & Molina, M.C. (Orgs.). (1999). *Por uma Educação Básica do Campo: memória*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº1).

Lima, T. (2020). Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 1(77), 70–87. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>.

Martins, A. F. G. (2022). *A questão agrária no Brasil: da Colônia ao Governo Bolsonaro*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trans: Renata Santini. São Paulo, SP: n-1 edições.

Rocha, J. C. C. (2021). *Guerra Cultural e Retórica do Ódio* (Crônicas de um Brasil Pós-Político). Goiânia, GO: Editora Caminhos.

Santos, C. A. (2018). O golpe e a cassação do direito fundamental dos camponeses à Educação do Campo. *Revista Okara: Geografia em Debate*, 12(2), 422-433.

Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. (2021, 14 de abril). [Web log post]. Recuperado de <https://undime.org.br/noticia/14-04-2021-13-19-segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet>

Universidade Federal do Pampa (Unipampa). (2023). *Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo*. Universidade Federal do Pampa, Bagé, RS.

ⁱ A sigla faz referência a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros - Travestis e Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais e o sinal mais (+) é relativo a todas as outras orientações sexuais e identidades de gênero que escapam ao modelo heteronormativo.

ⁱⁱ Neste artigo escolhemos usar o pronome feminino pelo fato de que a maioria das estudantes desta pesquisa são mulheres.

ⁱⁱⁱ Ao usar o feminino "a pampa" para nos referir ao Bioma Pampa, reafirmamos a localidade pampa recuperando seu uso na língua de origem quíchua, que significa região plana. Falamos, portanto, da terra que acolhe, que abraça, "la pacha mama". Quando nos referimos ao Bioma Pampa, o fazemos no masculino e em letra maiúscula.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 05/04/2023
Aprovado em: 12/04/2024
Publicado em: 30/06/2024

Received on April 05th, 2023
Accepted on April 12th, 2024
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Neves, J. A. S., Brito, A. M. M., Crivellaro, C. V. L., & Gonzaga, J. G. F. (2024). Os desafios da Educação do Campo na pandemia: o caso do curso de Educação do Campo da Unipampa - Campus Dom Pedrito/RS. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e16181.

ABNT

NEVES, J. A. S.; BRITO, A. M. M.; CRIVELLARO, C. V. L.; GONZAGA, J. G. F. Os desafios da Educação do Campo na pandemia: o caso do curso de Educação do Campo da Unipampa - Campus Dom Pedrito/RS. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e16181, 2024.